



## Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

### QUADRO SÍNTESE DE AUDIÊNCIA

ENTIDADE	DEPUTADOS PRESENTES	DATA DA AUDIÊNCIA	CONTATOS
Conselho Português de Carregadores (CPC) <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Pedro Galvão (Presidente)</li><li>➤ Escaja Gonçalves</li><li>➤ Gonçalo Vieira</li><li>➤ Marco Dinis</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Fernando Virgílio Macedo (Vice-Presidente)</li><li>➤ Paulo Rios de Oliveira (PSD)</li><li>➤ Joel Sá (PSD)</li><li>➤ Luís Moreira Testa (PS)</li><li>➤ André Pinotes (PS)</li><li>➤ Ana Passos (PS)</li><li>➤ Hugo Costa (PS)</li><li>➤ Bruno Dias (PCP)</li></ul>	4 de dezembro de 2018 <a href="#">Gravada</a>	
Exposição de Motivos	Questões colocadas pelos Deputados		
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Os representantes do CPC utilizaram um <a href="#">PowerPoint</a> durante a sua intervenção inicial, realçaram que as empresas que compõem a associação registam mais de 50% do volume de carga movimentado nos portos nacionais.</li><li>➤ Pretenderam apresentar a sua visão sobre a situação laboral que ocorre nos portos de Setúbal, Lisboa e Figueira da Foz.</li><li>➤ Salientaram o acréscimo do volume de carga em trânsito nos portos nacionais, nos últimos 7 anos, na ordem dos 50%, contudo ocorreu a perda da quota de mercado no porto de Lisboa de 18% para 12%.</li><li>➤ Fizeram um balanço da greve dos trabalhadores portuários, que ocorre desde 27 de julho de 2018 e anunciada até 1 de</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD) – após cumprimentar a delegação do CPC, questionou: Quantas empresas a CPC representa, qual o seu peso nas operações dos portos? Se o governo estabeleceu algum contato com o CPC para aferir o impacto da greve na atividade dos seus associados? Quantos sindicatos portuários existem, quantos estão em greve e a sua relevância na paragem da atividade dos portos? No âmbito do direito comparado, como funcionam os restantes portos no mundo, qual o peso dos precários nesses portos e se têm noção se os portos nacionais registam uma proporção considerada anormal? Para além do apelo ao diálogo, têm algumas sugestões ou alternativas?</li></ul>		

## Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

<p>janeiro de 2019, que tem paralisado a atividade na maioria dos terminais no porto de Setúbal desde 5 de novembro de 2019. Consideraram que a greve ao trabalho suplementar tem como fundamento uma ação sindical do Sindicato sediado em Lisboa (SEAL), contra supostas ações antissindicais no Porto de Leixões.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Apresentaram os antecedentes da situação da greve nos portos de Setúbal, Lisboa e Figueira da Foz, como consta no <i>power point</i>.</li><li>➤ Referiram a crítica situação financeira da Associação de Empresas de Trabalho Portuário de Lisboa (AETP Lisboa), abordando os efeitos da greve nas perdas de volume de carga e correspondente receita, e os custos laborais dos trabalhadores portuários de Lisboa comparativamente ao resto do país.</li><li>➤ Sublinharam um conjunto de preocupações, designadamente: que um excesso de trabalhadores portuários efetivos provocará um incremento dos custos logísticos, diminuirá a competitividade das exportações e culminará na deslocalização das indústrias; os custos acrescidos de transferência de carga para outros portos em alternativa à suspensão da atividade nos terminais; o risco de quebra de contratos e a possibilidade de paragem da atividade das empresas que utilizam os portos onde a greve decorre; a perda da boa imagem do setor portuário; e o risco de perda de rotas de armadores.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Deputado André Pinotes (PS) – cumprimentou a delegação do CPC, agradeceu a apresentação de uma diferente visão sobre a situação, salientou o respeito pelo direito à greve, também demonstrou preocupação com a saúde económica do país, registou a abertura do CPC em aceitar o aumento de trabalhadores efetivos, e solicitou um comentário sobre o conflito entre sindicatos.</li><li>➤ Deputado Bruno Dias (PCP) – após cumprimentar os representantes do CPC, considerou de maior relevância a resolução dos problemas que são a causa deste conflito. Sublinhou que não é apenas o setor exportador que está a ser condicionado, mas todos os setores produtivos nacionais e o assegurar do abastecimento da economia. Pretendeu clarificar o que considera uma incorreta ideia, que no caso de não ocorrência de greve ficava tudo bem, o que afirmou não ser verdade. Considerou que a abordagem à situação apresentada pela CPC assemelha-se ao que é defendido pelas entidades patronais dos trabalhadores em greve, ou seja, uma crítica aos trabalhadores dos fornecedores das empresas representadas pelo CPC. Afirmou que o PCP sempre demonstrou preocupação com a viabilidade financeira da AETP Lisboa, referiu que o risco económico não está nos salários dos estivadores conforme mencionado pelo CPC. Concluiu, questionando: qual o peso relativo do porto de Lisboa no somatório do contexto nacional, não descurando o efeito escala do aumento do volume da carga movimentada no porto de Sines; se o CPC não se preocupa que um carregador tenha capacidade para condicionar toda a atividade portuária em Setúbal em detrimento de todos os outros carregadores.</li></ul>
<b>O que pretendem ver regulamentado</b>	



## Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

- Pretendem a resolução da atual situação laboral nos Portos de Setúbal, Figueira da Foz e Lisboa.

### Respostas às questões dos Deputados:

- Afirmaram ser cerca de trinta empresas representadas pelo CPC, as maiores do país, com um volume de carga movimentada nos portos, ferrovia e rodovia na ordem dos 50%.
- Consideraram ser muito difícil comparar as diferentes realidades portuárias ocorridas entre países, referiu que a análise deve-se circunscrever a cada setor de atividade produtiva, e que o mais relevante para os carregadores é a garantia da competitividade e o preço no cliente final. Salientou que o CPC não regista apenas preocupações no âmbito da carga para exportação, mas também na importação de matérias-primas que permitem assegurar a atividade industrial transformadora.
- Manifestaram estar de acordo com o direito à greve, pretenderam apelar à resolução das causas de degradação da situação financeira de um conjunto de empresas e trabalhadores em Setúbal, decorrente da paralisação da atividade portuária, através de um espírito de diálogo.
- Apresentaram o crescimento dos portos nacionais na última década, 4% em média anual, para tal contribuíram, em média, o porto de Sines com 8%, o porto de Leixões com 2%, o porto de Lisboa com -3%, o porto de Setúbal com 2%, o porto de Aveiro com 3%, e o porto da Figueira da Foz com 7%. A carga contentorizada neste período cresceu, em média, em Sines 25% e em Setúbal 26%.
- Sublinharam que a greve decorreu após um acordo entre sindicato e operadores portuários, onde tinha sido definido o incremento salarial de 4% para 2018 e de 1,5% para 2019.
- Referiram que o aumento de trabalhadores efetivos deve estar condicionado à sazonalidade da operação portuária, sendo adequado recorrer à complementaridade do trabalho eventual nos picos da atividade.

Deputado Fernando Virgílio Macedo  
Vice-Presidente da Comissão